



POLÍTICA DE EDUCAÇÃO: REFLEXÕES E APONTAMENTOS PARA O DEBATE TEÓRICO

ALINE VIERO KOWALSKI

Resumo - O presente artigo discute a concepção teórica sobre política de educação e suas repercussões na reforma do ensino superior. Neste intento buscou-se destacar alguns eventos históricos ocorridos no mundo no final das últimas décadas do século XX, o que trouxe várias conseqüências na reformulação de políticas públicas para educação. Para este artigo delimitou-se como reflexão teórica os anos a partir de 1970, os quais corresponde um período de grandes crises, inclusive do Estado de Bem-Estar Social. A menção sobre a reforma do Estado brasileiro nos anos de 1980-90 representou a adequação da sua estrutura às exigências ao mercado internacional o que também levou uma (re)demodelagem da educação, materializada em legislações que redimensionam o ensino superior e rebatem na garantia do acesso ao direito à educação no Brasil.

Palavras-Chave: Política de Educação; Reforma do Estado; Educação.

INTRODUÇÃO

A política pública de educação nunca foi tão difundida como nos últimos anos, sendo essa associada aos conceitos de necessidades sociais e direitos de cidadania. Há várias explicações e discussões sobre essa categoria, mas, o que se chama atenção para o desenvolvimento desse artigo é a complexidade conceitual sobre política pública de educação, assim como, a reforma do Estado e seus rebatimentos na reforma universitária e sua repercussão na educação superior.

Para tanto, num primeiro momento desta reflexão que compõe este artigo foi abordada uma concepção teórica sobre política pública de educação, a qual foi desenvolvida na ótica da organização estratégica do Estado de intervenção nas relações sociais, onde essas intervenções devem estar de acordo ao interesse comum e, ainda, é através destas estratégias governamentais de intervenção, que as diretrizes contidas em planos e programas visam o ordenamento para concretizar e garantir direitos.

Num segundo momento deste artigo, destaca-se alguns dos principais acontecimentos da década 1970 do século XX e suas conseqüências na (re)formulação das políticas públicas de educação. Dentre os acontecimentos deste período, aborda-se a crise do Estado de Bem-Estar Social, o encaminhamento das teses liberais em defesa da liberdade do mercado e da redução do Estado interventor, regulador e financiador na economia e no social. Também, ainda, destaca-se as políticas públicas relacionadas às determinações da reforma do Estado postas no percurso dos anos de 1980, decorrente da passagem de democratização do Brasil. No final, desenvolvem-se algumas reflexões teóricas sobre a reforma do Estado, o redimensionamento das políticas públicas e os impactos para educação superior no Brasil.

1 APONTAMENTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS SOBRE A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

A política social é associada aos conceitos de necessidades sociais e direitos de cidadania. Essa afirmação remete a uma análise na literatura sobre esse tema, com objetivo de buscar subsídio teórico/ conceitual para compreensão dessa categoria tão difundida na sociedade contemporânea.

O conceito clássico de política vem da origem grega e romana, que era associada à *polis*, ou seja, estava ligada a cidade e a atividade humana que tinha como referência a esfera social pública e cidadã. Sendo assim, a política representava o exercício da coletividade e não a vontade pessoal de um governante. Desta forma, tanto a política como a liberdade se encontravam na esfera pública, onde todos eram iguais independentemente de ocupação social e/ou cargos de chefias, significava, ainda “(...) ser livre, ser isento da desigualdade presente no ato de comandar, e mover-se numa esfera onde não existam governos e nem governados”. (ARENDETT, 1997, p. 42).

Os gregos e romanos além de definirem os direitos e deveres dos cidadãos, também, “criaram as instituições públicas para a aplicação das leis e garantia de direitos, isto é, os tribunais e os magistrados”. (CHAUI, 1999, p. 376). Portanto, a política inventada por esses povos foi de certa maneira uma tentativa de dirimir as diferenças, conflitos e contradições existentes entre o público e o privado (família), assim como, uma forma de organizar e estruturar um sistema político e social, no qual caracterizou essa sociedade num determinado momento histórico.

O intento de buscar na literatura esse breve subsídio conceitual sobre política tornou-se imperioso para adentrar a discussão sobre política pública, uma vez que se compreende a existência da relação entre a mesma, o Estado e a sociedade civil. Já que para a existência da política pública há necessidade de demandas sociais provenientes da sociedade, assim a sociedade exerce um papel decisivo na existência e na formulação de políticas públicas.

A palavra pública, que sucede a palavra política, não tem identificação exclusiva com o Estado. Sua maior identificação é com o que em latim se denomina de *res publica*, isto é, *res* (coisa), *pública* (de todos) e, por isso, constitui algo que compromete tanto o Estado quanto a sociedade. É em outras palavras, ação pública, na qual, além do Estado, a sociedade se faz presente, ganhando representatividade, poder de decisão e condições de exercer o controle sobre a sua própria reprodução e sobre os atos de decisão do governo (PEREIRA, 2008, p. 94).

Nesta dimensão, a política pública de educação esta pautada na organização estratégica do Estado de intervenção nas relações sociais, onde essas intervenções devem ser pautadas nos interesses comuns. Podem-se traduzir essas estratégias governamentais de intervenção, às diretrizes contidas em planos e programas que visam o ordenamento para concretizar e garantir direitos. E, ainda, a política pública de educação forma um conjunto de diretrizes afiançados por leis que possibilitam a promoção e a garantia dos direitos dos cidadãos, sendo, geralmente, promovida pelo Poder Público, com o objetivo de desenvolver e promover determinado aspecto social.

A política pública tem seus fundamentos nos interesses da comunidade e o atendimento básico as necessidades demandas pela mesma, assim sendo, a política é composta de um conjunto de decisões e ações que envolve tanto o Estado, como a sociedade civil. O Estado é incumbido de alocar e administrar recursos bens públicos, como por exemplo, as políticas voltadas a saúde, a assistência e a educação, já a sociedade possui um

papel fundamental de “controle”¹ desses recursos públicos, os quais poderão ser apresentados na forma implantação de novas políticas ou de reestruturação das já existentes.

Outro aspecto, é que as políticas públicas são guiadas pelos interesses da sociedade, portanto, “deve visar à satisfação das necessidades sociais e não da rentabilidade econômica privada, ou, das necessidades do capital”. (PEREIRA, 2008, p.96). Além disso, as políticas, também visam efetivar direitos que foram conquistados por meio de lutas e tensões no decorrer na história da sociedade mundial.

Visa concretizar direitos sociais conquistados pela sociedade e incorporada nas leis. Ou melhor, os direitos sociais declarados e garantidos nas leis são, de regra, conquistas da sociedade e só têm aplicabilidade por meio de políticas públicas, as quais, por sua vez, operacionalizam-se por meio de programas, projetos e serviços. São os serviços sociais que tornam evidente uma política pública. (PEREIRA, 2008, p.95).

Tanto o Estado como a sociedade são os principais protagonistas no desempenho das políticas públicas, requerendo o papel ativo de ambos na implantação, na gestão e na reestruturação da mesma. O outro lado das políticas públicas, é que algumas delas existem ou são formuladas para atender interesses particulares de governantes, tanto o principal objetivo na captação recursos (próprios) a serem designados para outros fins que não os propostos inicialmente.

Vale destacar, que as políticas públicas mudam, conforme o tempo e o espaço e, também, não existem somente num perfil ou numa única destinação (PEREIRA, 2008). Neste sentido, faz-se necessário destacar alguns eventos históricos ocorridos no mundo no final das últimas décadas do século XX, o que trouxe várias consequências na reformulação de políticas públicas. Esses “grandes acontecimentos” caracterizaram um determinado momento histórico, político, econômico e social que resultou em transformações² estruturais como também, conjunturais numa dimensão global.

2 CONTEXTUALIZAÇÕES SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES DO SÉCULO XX E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO

A literatura revisada sobre as grandes transformações do século XX, aponta para as turbulentas mudanças e crises tanto em âmbito nacional como mundial. Essas mudanças ocorridas principalmente nas últimas décadas deste século, atingem mundialmente as esferas sociais, econômicas e culturais de vários países e nações e, é nesta lógica que também há um processo de redimensionamento das políticas públicas, do Estado de bem-estar social e das teses liberais em defesa da liberdade do mercado e da redução do Estado interventor, regulador e financiador na economia e no social.

As transformações estruturais e conjunturais são resultado de uma série eventos sócio-históricos que desencadearam um (re)dimensionamento nas relações de mercado, na vida social, na organização econômica e política. Destaca-se alguns desses elementos que a partir da década de 1970 ocasionaram profundas crises: A *reestruturação produtiva*, que visava à transformação da produção em massa (Fordismo), que concentrava grandes estoques de produtos para um método de produção flexível (Toyotismo) que propunha a fabricação de absolutamente o necessário para abastecer o mercado. A *queda na Bolsa americana* na década

¹ Neste artigo o termo controle é designado como objetivo de expressar o controle dos sujeitos sobre o Estado e a sociedade como um todo.

² Essas transformações foram impulsionadas principalmente pela reestruturação produtiva, a abertura de mercados nacionais e a reforma do papel do Estado.

de 1980, provocando grande crise no câmbio internacional. O período de *estagnação econômica*³, ou seja, a economia fica estagnada e há altas taxas de inflação. E, o Estado de bem estar social e seus pilares de pleno emprego, serviços sociais universais e proteção social básica garantida, constitui-se alguns dos elementos fundamentais para grande causa da crise de 1960/70 (HOBSBAWM, 1995).

Esses elementos uma vez somados resultaram na crise do Estado de bem estar social, pois, o Estado investia (nele mesmo) muito mais que sua capacidade financeira poderia suportar, aumentava assim, o volume da dívida pública interna.

O excessivo gasto governamental com políticas sociais públicas é nefasto para a economia, porque gera o déficit orçamentário que, por sua vez, consome a poupança interna, aumenta as taxas de juros e diminui a taxa de inversão produtiva. Consequentemente, tal déficit estimula a emissão da moeda ou o empréstimo de dinheiro do sistema bancário, aumentando, assim, a oferta monetária e a inflação. Para enfrentar esse problema, a única solução prevista seria cortar substancialmente o gasto público para liberar recursos para inversão privada (PEREIRA, 2008, p.36).

As argumentações em torno dos excessivos gastos do governo com políticas públicas; a regulação do mercado pelo Estado; a proteção social pública garantida (sob a forma de políticas) pode ser resumida na lógica do pensamento neoliberal como os grandes vilões e/ou responsáveis pela crise econômica iniciada a partir dos anos 1970. Entretanto, o que o pensamento neoliberal apregoa (redução do Estado, assim como, suas responsabilidades sociais) não demonstram ser as alternativas mais eficaz na minimização da pobreza e das vulnerabilidades sociais.

Desta forma, o que atualmente vem se presenciando é a incapacidade do sistema capitalista abarcar em grande parte os sujeitos na órbita do trabalho e do consumo via mercado.

Para consumir é preciso ter dinheiro, para ter dinheiro é preciso trabalhar, para trabalhar é preciso encontrar emprego, e para ter emprego é preciso que o capital realize investimento. Portanto, a variável determinada da vida do trabalhador é o grau de investimento da classe trabalhadora. É o volume e o tipo de investimento que definirá o volume de empregos a ser gerado. O trabalho é o elemento subordinado pelo capital. (COSTA, 2005, p.173).

Nesta perspectiva, a exclusão produzida pelo sistema capitalista também está relacionada às decisões sobre a política econômica e social, expressadas nas atitudes de quem detêm o poder nos investimentos e, que são potencializadas pela falta de políticas públicas apresentadas pelos governos, afetando e excluindo cada vez mais os trabalhadores.

A lógica do capitalismo e do ideário neoliberal provoca a minimização de políticas públicas (mínimo de investimento e ampliação nas políticas sociais) e, ainda, resulta numa ampla radicalização da concentração de renda, da propriedade e do poder, na contrapartida há um aprofundamento das relações sociais e de trabalho; no empobrecimento da população, na ampliação desmedida do desemprego estrutural, no desmonte dos direitos conquistados e das políticas sociais universais, impondo um sacrifício forçado a toda sociedade.

³ Na década de 1970 foi criado o termo *estagflação* que caracterizou um determinado período histórico, sendo esse a “combinação de estagnação econômica e preços em rápido crescimento” (HOBSBAWM, 1995, p. 399).

Nesta perspectiva, é fundamental observar a política pública relacionando-a com a política econômica, uma vez que ambas estão conectadas na evolução do capitalismo. “Não se pode analisar a política social sem se remeter à questão do desenvolvimento econômico, ou seja, à transformação quantitativa e qualitativa das relações econômicas, decorrentes do processo de acumulação particular do capital” (VIEIRA, 1992, p.21). Entretanto, vale salientar que as diferenças sociais, conjunturais e políticas são uma constante e, merecem devida atenção ao serem tratadas conforme a realidade de cada país, de cada nação.

A “retração financeira” do Estado (no caso dos países de economia avançada) na concessão ao Estado de bem estar social começou a afetar a formulação e execução de políticas econômicas e sociais, que eram meios para garantir a proteção social (PEREIRA, 2008). Como consequência dessa perda de poderes econômicos, há o reaparecimento tanto da miséria, quanto da pobreza destes países que haviam “desacostumados” em ver seus mendigos nas ruas. “O reaparecimento de miseráveis sem teto era parte do impressionante aumento da desigualdade social e econômica na nova era”. (HOBSBAWM, 1995, p. 396)

Já no Brasil não ocorre essa “retração financeira” nas políticas sociais porque “na realidade brasileira nunca se teve um Estado de bem estar social. A pobreza era considerada disfunção social ou problema de polícia” (OLIVEIRA, 2008, p.112). Entretanto, o fenômeno que ocorria nos países de economia avançada nos anos de 1980 também teve repercussão no Brasil, o que deu início a reforma do Estado.

Desta forma, no Brasil, as políticas públicas estão relacionadas às determinações que a chamada reforma do Estado imprime na relação entre sociedade civil e mercado. Paulo Netto lembra que “foi no percurso dos anos de 1980, que a questão de reformar o Estado se colocou no Brasil de maneira inadiável”. (NETTO, 2000, p.11).

Mesmo com as dificuldades econômicas que o Estado vinha passando nesse momento histórico, realizava uma força paralela, onde praticara um processo de reforma do papel Estado. O Brasil no esforço de superar os marcos da ditadura, a qual somos herdeiros de uma tradição política marcada por golpes, cujo escopo é manter a estrutura de classe, de concentração, de poder e de renda. O marco dessa passagem histórica esta consubstanciada na promulgação da Constituição Federal de 1988. Esse ordenamento jurídico-político vai significar um avanço social e político para a sociedade, configuram-se pela primeira vez na história do Brasil, as garantias sociais e os direitos sociais. Entretanto, sua materialização é marcada por percalços e movimentos políticos de desmantelamento.

As políticas públicas, assim como os programas assistenciais que se consolidam nas (re)configurações sociais, econômicas e políticas, são considerado como um valioso campo de intervenção social uma vez que visa garantir direitos, dirimindo as seqüelas da questão social⁴, principalmente para aqueles alijados dos processos de trabalho. Outro aspecto importante denominado por Reis (2007), é o “papel da transversalidade” das políticas públicas, ou seja, “uma proposta de articulação integrada de políticas públicas” (REIS, 2007, p.55), que otimize o atendimento integralmente das necessidades demandadas dos sujeitos recorrentes as políticas como meio de efetivar direitos.

Lima (2007) discute em seu livro, a reforma do Estado paralelamente conectada com a reforma do ensino superior no Brasil. Apresenta a “reformulação da educação superior”,

⁴ Para fins deste artigo entende-se por questão social como um “conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais, alçando plenitude de suas expressões e matizes em tempo de capital e fetiche. As configurações assumidas pela questão social integram tanto determinantes históricos objetivos que condicionam a vida dos indivíduos sociais, quanto dimensões subjetivas, fruto das ações dos sujeitos na construção da história. Ela expressa, portanto, uma arena de lutas políticas e culturais na disputa entre projetos societários, informados por distintos interesses de classe na condução das políticas econômicas e sociais, que trazem o selo das particularidades históricas nacionais” (IAMAMOTO, 2008. p.156).

fazendo um recorte temático a partir da década de 1990. Ela demonstra em seu trabalho que a reforma aconteceu sob um discurso elegante e de caráter emergencial de transformar a educação no Brasil. Entretanto, tais argumentativas, como a do alívio da pobreza que se amplia e aprofunda; de constituir um novo projeto de sociabilidade burguesa, e de fomentar a constituição de novos mercados de investimentos para o capital internacional. (LIMA, 2007). Representaram na prática, as privatizações em massa das universidades públicas e abertura de vagas em instituições privadas. Este período configura-se como a autora chama de primeira fase da reforma universitária.

Nesta primeira fase da reforma do Estado e da educação superior no Brasil, o país era dirigido pelo então presidente Fernando Collor de Mello (1990/ 92), seguido pelo sucessor Itamar Franco (1993/ 94). Esses governos elaboram as noções de equidade, eficiência e competitividade na educação. Lima (2007) contribui para sistematizar as principais ações desses governos na reformulação da educação:

1º- *Abertura da economia brasileira e modernização das universidades:*

“Proponha um percentual fixo do orçamento da União para as universidades Federais, para que assumissem o pagamento dos salários e das despesas de custeios e novos investimentos”. (LIMA, 2007, p.131)

2º- Essa ação, trata-se de *transformar as universidades públicas em uma organização*, retirando a condição de servidor público dos trabalhadores, com isso visa o enfraquecimento da categoria profissional e conseqüentemente o aniquilamento da mesma.

3º- Incide na *desnacionalização de setores estratégicos do país*, detona a política privatista deste governo.

4º- Outra ação de política privatista é a proposta *de extinção da CAPES e do INEP*. A idéia de formação para o mercado e não para pesquisa científica.

5º- Essa ação volta-se ao *financiamento público*, o qual não era utilizado o mínimo (18%), conforme previsto na Constituição Federal de 1988.

6º- Nesta ação evidencia-se o favorecimento da *expansão do ensino privado*, há um maior subsídio público para o setor privado, estimulando a modernização da educação por meio da tecnologia. (LIMA, 2007).

Vale ainda salientar que é também neste governo, que irá emergir uma forte disputa de discussões em torno da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Neste processo de regulamentação da LDB⁵ /1996 se expressam as correlações de forças entre Estado e sociedade e neste terreno de disputas acredita-se que a universidade é contributiva no que se refere “a construção do processo histórico na direção da liberdade, da equidade e da democracia para todos os cidadãos e cidadãs” (NETTO, 2000, p.37).

O significado da LDB esta em redimensionar a política educacional do país. Portanto, foi anunciada como uma medida modernizadora, de universalização e democratização da educação. Para além do discurso imposto, estamos diante da redução dos serviços públicos e estímulos aos serviços privados. A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa do Serviço Social –ABEPSS (2000), alerta que a LDB repercute em todos os níveis da educação, perpassa pela:

Opção político-econômica que se desenvolve a partir de três eixos: a reestruturação produtiva, a mundialização do capital e o neoliberalismo, com suas reformas orientadas para o mercado, e como corolário ídeo-político

⁵ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – lei 9.394, de 20/12/1996 que se constitui como arcabouço legal da mais ampla e profunda reforma do ensino superior no Brasil, após a ditadura. (IAMAMOTO, 2000, p.35).

estimulador do individualismo possessivo, da competitividade, do consumismo e do autismo. (ABEPSS, 2000, p.167).

Nesta citação emblemática, fica evidenciado que as mudanças no ensino superior estão indicadas pela LDB, as quais, também, estão de acordo com os organismos internacionais.

No governo Collor e Itamar a reforma do Estado e no ensino superior ganhou maior visibilidade por conta institucionalização da nova LDB; entretanto, nos governos seguintes também foi aprofundado essas transformações. Assim, no governo de Fernando Henrique Cardoso- FHC (1995/98 e 1999/2002) concebe a educação numa segunda fase de reformulação:

A identificação da educação como um serviço público não-estatal, foi operacionalizada uma crescente desresponsabilização do Estado com a educação superior, por meio da redução de verbas públicas para seu financiamento e, simultaneamente, do estímulo ao empresariamento deste nível de ensino, sob a aparência de democratização do acesso à educação. (LIMA, 2007, p.126)

Se no governo anterior houve a institucionalização da legislação que propunha a liquidez do Estado, neste governo é a própria viabilização da lei com objetivo de concretizar a reforma. Nesta via, a terceira fase de reforma é dada pelo governo Luís Inácio Lula da Silva (de 2003 até o decorrer deste ano-2008), onde vem aprofundar as ações de governos anteriores.

A premissa deste governo que a educação está inserida no setor de serviços não exclusivos do Estado, assim, naturaliza-se a alocação de verbas públicas para as privadas e o financiamento privado para instituições públicas, diluindo as fronteiras entre o público e o privado. (LIMA, 2007).

Neste governo viu-se o aprofundamento da reforma do ensino superior no Brasil. O exemplo disso tem-se as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) como meio da educação superior a distância, no qual atualmente vive um processo de expansão acelerada com a proposta de reforma universitária.

Segundo Boschetti (2008) é no governo de FHC e Lula que a reforma toma seu ápice de visibilidade, sendo essa indicada pela LDB.

As mudanças do ensino superior estão indicadas na LDB, mas foram as propostas de reforma universitária do governo FHC e governo Lula que materializaram e agudizaram as propostas da LDB. Todas as medidas ali previstas – exame nacional de curso, mestrado profissionalizantes, substituições dos currículos mínimos por diretrizes curriculares, cursos sequenciais, ensino à distância em todos os níveis – seguem diretrizes dos organismos internacionais, no sentido da privatização das políticas sociais, de favorecimento da expansão dos serviços privados, de diversificação e massificação do ensino e de reconfiguração das profissões. (BOSCHETTI, 2008, p.07).

Não se pode deixar de mencionar alguns rebatimentos da reforma universitária que vem alterando a organização de ensino superior pública e privada do país:

- Aumento desigual de oferta de vagas na privada em relação às instituições de ensino público;
- Acepção de novas modalidades de ensino: cursos tecnológicos, ensino à distância, mestrados profissionalizantes;

- Precarização do trabalho docente e esgotamento do mesmo. A exigência de um trabalhador polivalente;
- A emergência de novos projetos de formação profissional;
- Novo perfil profissional compatível com a lógica atual (competitivo, empreendedor, qualificado para atuar no mercado);
- A concepção de direito a educação voltada para produção e reprodução capitalista, conforme os ditames do mercado internacional.

Segundo Santos (2005) a crise da universidade pública por via da descapitalização, é um fenômeno global, ainda que sejam significativamente diferentes as suas conseqüências nos países em desenvolvimento.

Os fatores desta crise configuram-se no período do capitalismo avançado por via de lutas de direitos sociais e econômicos. Desta forma, a crise das universidades também é agudizada pela diminuição de investimentos nos programas assistenciais aos estudantes, os quais subsidiam a permanência do aluno no ensino superior.

Almeida (1995) argumenta que a crise estrutural do sistema de educação não permite a universalização do ingresso na educação escolarizada, em razão das condições objetivadas da luta pela sobrevivência que obriga parte da população a optar pelo trabalho.

A educação como um dos pilares fundamentais dos Direitos Humanos, da democracia e do desenvolvimento da sociedade portanto, um bem público, deve ser acessível e estar a serviço de todos. Por esse motivo, o acesso universal e a permanência ao ensino superior é considerado como meio de garantir direitos através da formação profissional qualificada, buscando o redimensionamento de espaço plural onde se possa exercitar o conhecimento, a cidadania, o diálogo, a tolerância e o reconhecimento das diversidades sociais.

CONCLUSÃO

As transformações estruturais e conjunturais ocorridas nas últimas décadas do século XX, colocam as políticas públicas de educação num processo de (re)ordenamento que acaba deixando-as subordinadas às políticas de estabilização da economia internacional. Assim, as ações do Estado são realizadas mediante o desenvolvimento dessas relações (mercado e sociedade civil).

Na tentativa de traçar algumas considerações finais, o desenvolvimento teórico/conceitual sobre as categorias trabalhadas neste artigo foi de suma importância. Pois, foi possível observar e compreender que na história do capitalismo e as questões relacionadas com as políticas públicas, sendo elas de ordem político e econômica impressos na realidade mundial e nacional, trouxeram implicações diretas para sociedade como um todo, assim como, transformações à educação brasileira.

Vale salientar, que a compreensão que se tem sobre políticas públicas é que essas mudam e variam no tempo e no espaço (conforme configura-se a realidade social), ou seja, as políticas públicas não tem uma única direção ou perfil e, ainda, são disponibilizadas pela função dos poderes públicos, as quais, não são apenas responsáveis em promover esses bens, mas também, em garanti-los de forma universal, como por exemplo, o acesso e permanência a educação superior pública.

Quanto a reforma universitária que está em seu pleno curso, também está inserida em um processo mais amplo do (re)ordenamento do Estado capitalista. A materialização da reforma universitária é visível pelo aprofundamento das reformas neoliberais, em conexão com as políticas elaboradas, difundidas e monitoradas pelos organismos internacionais.

Desta forma, é perceptível o (re)ordenamento do Estado frente à reforma universitária, onde vem realizando a diluição das fronteiras entre o público e o privado, alargando meios de processo de privatização de serviços públicos, incluindo a educação superior.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Política de ensino superior no Brasil: **A regulamentação da LDB e as implicações para o Serviço Social-Relatório final do seminário**. Temporalis, n.1, ano I, jan/jun de 2000. Brasília: ABEPSS, 2000.

ALMEIDA, Ney L.T. Educação pública e serviço social. In: **Serviço Social e Sociedade**. N.63. São Paulo: Cortez, 1995.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

_____. **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BOSCHETTI, Ivanete. Exame de proficiência: uma estratégia inócua. In: **Serviço Social e Sociedade**. n.94,,p.05-21. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases na Educação**. Lei n. 9394. 1996

CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. 11ªed. São Paulo: Ática, 1999.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise no capitalismo real**. 4ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

HOBBSBAWN, Eric. J. **Era dos Extremos: o breve século XX : 1914-1991**. 2.ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2008.

IMAMOTO, Marilda Vilela. **Reforma do Ensino Superior e Serviço Social**. In: Revista Temporalis nº 1. Brasília, ABEPSS, 2000.

LIMA, Kátia. **Contra-reforma na educação superior: de FHC a Lula**. São Paulo: Xamã, 2007.

NETTO, José Paulo. **Reforma do Estado e impactos no ensino superior**. Temporalis, n.1, ano I, jan/jun de 2000. Brasília: ABEPSS, Valci, 2000.

OLIVEIRA, Íris M. Cultura política, direitos e política social. *In*: BEBRING, E.R e BOSCHETTI, I. (orgs). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008.

PEREIRA, Potyara A. P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. *In*: BEBRING, E.R e BOSCHETTI, I. (orgs). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Estado, regulação social e controle democrático. *In*: BRAVO, Maria I. S. e PEREIRA, Potyara A. P.(orgs.). **Política social e democracia**. 2.ed. Rio de Janeiro: Cortez, 2002.

_____. **Política social: temas e questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

REIS, Carlos Nelson dos (org). **O sopro do minuano: transformações societárias e políticas sociais – um debate acadêmico**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2007.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 2ªed. São Paulo: Cortez, 2005.

VIEIRA, Evaldo. **Democracia e política social**. São Paulo: Cortez, 1992.